

Categoria: Prestadores de Serviço

Profissionais Responsáveis: Leandro Mendes da Silveira e Tânia Regina Pereira Rodrigues

Contato: andef.projetos@terra.com.br

Resumo do trabalho

Historicamente a construção do conceito de deficiência foi atravessado por diferentes discursos que, e, comum, tomaram como eixo central a visão da(s) (in)capacidades da pessoa como elemento chave na construção da sua identidade social, seja para posicioná-la à maior ou à menor. O discurso religioso já lhe impingiu um significado redentor, místico, um elemento de diferenciação da presença do sagrado no âmbito do profano, terreno. Pela lógica capitalista foi tacitamente definida como incapaz de participar do sistema produtivo e, nesse sentido, “não lhe sendo possível” a inclusão social em condições de igualdade.

Sob esse ponto de vista, inexoravelmente desiguais e excluídos, tiveram a identidade social capturada e aprisionada na condição de quem é alvo da grandiosa e merecedora caridade humana, dos “coitadinhos”. Nesse sentido, do ponto de vista da visão dominante e das ações institucionais empreendidas até o final do século passado, as iniciativas de inclusão social da pessoa com deficiência também foram marcadas por discursos e práticas aprisionantes. Ignorou-se a singularidade e as múltiplas capacidades de criação de cada indivíduo, reiterando sua exclusão e a invisibilidade das reais questões que afligem a pessoa com deficiência.

Em passado mais recente, a instituição do ano de 1981 como o Ano Internacional do Deficiente pela ONU, foi um marco para o Brasil tomar a questão da pessoa com deficiência como objeto de políticas públicas e de sensibilização da sociedade em geral. Nessa época, diversas instâncias se aglutinaram em torno dessas discussões, levando um grupo do movimento de pessoas com deficiência a provocar, em 1982, o Movimento Corte do Cordão Umbilical, que reivindicava a protagonismo da pessoa com deficiência nas políticas que lhes diziam respeito.

Nesse bojo emergem novas organizações de pessoas com deficiência que, empenhadas em conquistar espaços e instituir direitos, desempenham importante papel na construção de um arcabouço jurídico Constitucional e Infraconstitucional. Lutam por visibilidade, acessibilidade, direitos econômicos, políticos, sociais, culturais, enfim, por reconhecimento e cidadania. É justamente nessa disputa por visões de mundo que acontece, em 1981, a fundação da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos, com o objetivo de contribuir para que a pessoa com deficiência empreendesse o sentido da crítica e, a partir dela, pudesse disseminar uma visão ética de mundo de respeito e atenção à diferença. Partiam do pressuposto que a discriminação contra qualquer pessoa por motivo de deficiência consistia em violação da dignidade e valor inerentes ao ser humano.

Resignificaram a construção da deficiência tomando por base não mais a falta, a incapacidade, mas os obstáculos à interação entre pessoas com diminuição de capacidade e as barreiras atitudinais e ambientais que impediam sua plena e efetiva participação na sociedade em base de igualdade com as demais pessoas. E muitas foram as contribuições da Andef nesse processo de organização e conquista. Participou da elaboração das principais legislações relativas ao tema; contribuiu ativamente na elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas, incluindo a criação e funcionamento de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; sustentou politicamente e patrocinou a

criação/consolidação do Comitê Paraolímpico Brasileiro; participou da criação e da consolidação da mais bem sucedida estratégia de sustentabilidade para organizações do Terceiro Setor; construiu e mantém com recursos próprios o maior centro social e esportivo para pessoas com deficiência da América Latina; entre muitas outras.

Enfim, a Andef criou e superou desafios vultosos para reabilitação e construção da cidadania das pessoas com deficiência. Hoje a organização conquistou maturidade administrativa, financeira e técnica suficiente para realizar milhares de atendimentos (227 mil em 2008) sem depender de nenhum tipo de patrocínio e financiamento, além de ser reconhecida nacional e internacionalmente pelo pioneirismo, qualidade e seriedade no trabalho que desenvolve em termos de reabilitação e inclusão social de pessoas com deficiência.

Suas atividades estão organizadas em quatro eixos temáticos que atuam tanto no atendimento direto aos usuários quanto na orientação e assessoramento de instituições sociais estratégicas para inclusão social deste segmento.

Complementares e interligadas, as áreas técnicas partem da integralidade dos indivíduos como pressuposto metodológico, atuando de maneira articulada para elevação de seu nível de bem estar, autonomia e interação social. Inclusão no Mercado de Trabalho: a efetivação dos direitos sociais e econômicos está entre os principais requisitos da cidadania. Por isso, desde 1989, a associação celebra parcerias com empresas públicas e privadas para contratação de profissionais com deficiência.

Para a Andef, promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho reveste-se de um duplo significado: gera aumento da renda da pessoa com deficiência (e de sua família) e promove a colocação produtiva de pessoas que, dado o perfil de escolarização e baixa especialização, encontrariam severas dificuldades para atender às crescentes exigências do mercado de trabalho.

Educação e Profissionalização: a formação para o trabalho e a elevação do potencial de empregabilidade da pessoa com deficiência também estão presentes no conjunto de atividades promovidas pela Associação.

A Andef oferece, às pessoas com e sem deficiência, oportunidades de (re)qualificação profissional, através da oferta de treinamento técnico ministrados em parceria com outras instituições. Com esta filosofia, apenas em 2008, foram qualificadas 3.599 pessoas com e sem deficiência, de diferentes faixas etárias, em cursos como informática, artesanato, recepção, inglês e espanhol.

Além da formação visando a inclusão no mercado de trabalho e a geração de renda, a Andef também investe na formação escolar de seus usuários, oferecendo cursos de Português e turmas de reforço escolar. Esporte: praticamente desde sua fundação a Andef desenvolve atividades de iniciação e treinamento esportivo para pessoas com deficiência, oferecendo treinamento de alto nível para atletas de performance e atividades esportivas em caráter lúdico para os que não demonstram aptidão ou interesse na prática esportiva em nível profissional.

A Andef acredita que a prática esportiva promove a reabilitação física e emocional da pessoa com deficiência, melhorando a capacidade funcional da(s) área(s) lesionada(s) e estimulando o desenvolvimento de habilidades e atitudes que contribuem para a autonomia e auto-estima dos usuários. Saúde e Reabilitação: Após a inauguração de suas novas instalações no Rio do Ouro, em 2002, a Andef passou a prestar serviços em saúde e reabilitação de forma sistemática para seus beneficiários e para a comunidade em geral.

Contando com técnicos especializados nas áreas da fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição e odontologia, a área de saúde oferece atendimento com foco na elevação dos índices de autonomia e da auto-estima dos usuários.

Impacto na vida dos reabilitados e indicador utilizado para medir esse impacto

O paradigma da invisibilidade é uma das maiores contradições da condição da pessoa com deficiência, posto que somem mais de 14,5% da população brasileira - 25 milhões de brasileiros. Pouquíssimos são os indicadores produzidos por esta população e, entre as informações disponíveis (em particular o Censo do IBGE) muitas são as dúvidas acerca de sua exatidão. Nesse contexto, não é por acaso que o conjunto de determinações legais sobre a inclusão da pessoa com deficiência não se transforma em prática.

Não se trata apenas da crônica ineficácia de gestão das políticas públicas, mas também, e principalmente, do obstáculo da invisibilidade. Relaciona-se com o desconhecimento sobre quem são, onde estão e em que condições vivem, fazendo com que não sejam consideradas alvo prioritário ou importante na formulação e na execução de políticas públicas.

Cria-se um círculo vicioso entre preconceito e invisibilidade que se traduz na ausência de uma agenda investimento e desenvolvimento para a questão da deficiência, que, em última instância, transforma a pessoa com deficiência em um não-cidadão: aquele que não usufrui direitos e não exercita deveres.

Por outro lado, não há como ignorar a idéia embutida na palavra deficiente, o sentido negativo e excludente da palavra, que é o antônimo do que se considera eficiente, cujo atributo refere-se diretamente a uma civilização cujo fundamento é a eficácia, a capacidade de produzir, e tudo o mais que possa ser medido pela capacidade de gerar e acumular riqueza – ter, comprar, consumir, ganhar.

Vivemos a civilização da eficiência, marco da economia de mercados abertos e competição exacerbada, onde a natureza humana e a singularidade individual não têm, a rigor, nenhum valor. O que importa é uma medida externa que mostra a quantidade de efeitos que uma pessoa é capaz de produzir. E, ao não conseguir produzir esses efeitos considerados como uma média quase absoluta resta o estigma do atributo nominal DEFICIENTE. E o estigma legitima e perpetua o prejuízo das pessoas com deficiência em comparação àquelas que não têm nenhuma deficiência, desenhando um cenário alarmante.

Considerando os dados do último censo populacional, a taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiência física pode chegar a 38,4% entre os maiores de 15 anos. É praticamente três vezes maior que a média nacional. Quanto à escolarização como um todo, o desempenho dos indicadores não é melhor.

Enquanto 94,5% das crianças sem deficiência freqüentam a escola, quando se considera as crianças com deficiência física o mesmo índice chega a apenas 61%. A desigualdade verificada ao longo da vida escolar se reflete duramente entre a população adulta no que se refere à inclusão no mercado de trabalho e nas perspectivas de conquista de renda. Se para os homens sem deficiência a taxa de ocupação chega a 90%, para aqueles que têm alguma deficiência não supera 40%.

Dos ocupados, a proporção dos que ganham até um salário mínimo é de 25,7% para os homens e de 30,5% para as mulheres. A despeito dos dezoito anos de vigência da chamada lei de cotas, segundo o Ministério do Trabalho, em 2009, apenas 348.818 profissionais com deficiência desempenhavam atividade laborativa remunerada no mercado formal de trabalho.

Considerando-se apenas o dispositivo da cota, seria necessário mais do que duplicar o número de contratações para o pleno cumprimento do dispositivo legal que, como política evidentemente compensatória, obriga a contratação de profissionais com deficiência em percentuais bem inferiores aos da sua real representação na população.

Por outro lado o discurso da desqualificação do profissional com deficiência para o mercado de trabalho se institucionalizou ao ponto de constituir uma verdade absoluta, repetido por todos aqueles envolvidos com a questão, constituindo-se na grande explicação para a exclusão da vida produtiva – o que em uma sociedade de consumo praticamente significa e mesma coisa que a exclusão total. Ignora-se que a

força de trabalho no Brasil, sob o ponto de vista da escolaridade, se encontra ainda em uma posição muito frágil e atrasada em relação a outros países, mesmo latino-americanos.

Segundo o DIEESE, o trabalhador brasileiro (sem deficiência) possui, em média, apenas cinco anos de escolaridade, correspondendo com algum prejuízo às expectativas do mercado de trabalho que, a despeito de poucas variações ano a ano, tem cerca de 50% das vagas oferecidas para trabalhadores em nível de ensino fundamental, contra os 5,06% de postos abertos para quem tem curso superior completo.

Entre a população com deficiência, tomando-se apenas os que têm entre 04 e 15 anos de estudos, chega-se a impressionante parcela de 49,91% dessa população. E ainda assim nem mesmo a contratação compulsória é cumprida. Ainda segundo Censo, "(...) A incapacidade aumenta a probabilidade de se viver em condições precárias, que, por sua vez, aumentam o risco de ser portador de deficiência. As pessoas com deficiência têm níveis mais baixos de educação, de rendimentos e de participação no mercado de trabalho. Além disso, a inserção na força de trabalho se concentra em atividades e ocupações que exigem menor especialização(...)"

E é nesse contexto que a Andef direciona seus esforços institucionais na consolidação de metodologias de reabilitação que favoreçam à (re)condução da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho. A participação em atividades integradas proporciona aos usuários o monitoramento de sua participação em programas individualizados de reabilitação, constantemente monitorados, que articulam ações nas áreas de saúde, assistência social, escolarização, formação profissional, prática esportiva (lúdica ou de performance).

Para participar do PRI – Programa de Reabilitação Integrada – é preciso que o usuário se enquadre ao perfil do público do programa, ou seja, ser portador de deficiência física, ser criança ou adolescente, ou adulto em idade produtiva. Uma vez selecionado para participar no Programa o usuário passa por uma série de avaliações técnicas que vão embasar a construção de seu plano de atendimento.

Tais avaliações estão baseadas em critérios diversos: - Funcionais: tipo de deficiência, independência para atividades da vida diária, características da lesão, possibilidades de ganhos de desempenho, adequação/fornecimento de órteses próteses e treinamento para sua correta utilização, etc. - Sociais: integração comunitária, renda, participação nas redes de promoção de direitos sociais básicos, acesso aos direitos e respectivos programas de proteção especial, histórico de escolarização/profissionalização/trabalho, etc. - Psicológicos: relação familiar, auto cuidado, independência, percepção de perspectivas e horizontes, protagonismo, percepção de si mesmo e das relações no seu entorno, percepção da própria deficiência e seus resultantes na construção da auto-estima e relações sociais.

O acompanhamento do processo de atendimento é realizado pelo constante monitoramento dos setores acionados no processo de reabilitação e nos encontros semanais de todos os técnicos para realização de estudos de caso.

Os quesitos acima assinalados são analisados conjuntamente de forma a permitir a melhor aderência entre as ações planejadas e os resultados projetados.

A terminalidade do atendimento – uma das maiores preocupações deste trabalho – é alcançada no momento em que o usuário conquista uma posição no mercado de trabalho ou, alternativa ou complementarmente, para os que demonstram interesse/potencial, se transformam em atletas de alto rendimento, ou seja, passam a integrar o seletivo grupo de competidores que disputa em eventos nacionais e internacionais.

Resultados obtidos, conclusão e perspectiva de continuidade

Há vinte anos a Andef direciona seus recursos institucionais para promover a reabilitação das pessoas com deficiência tomando como um dos eixos centrais para este trabalho a promoção da inclusão das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho.

Ao longo de sua história foram milhares de atendimentos realizados sendo que, apenas em 2008, passaram pela organização cerca de 6.500 usuários distribuídos nos 227 mil atendimentos realizados.

O modelo de parceria desenvolvido com instituições públicas e privadas para fornecimento de serviços terceirizados de profissionais com deficiência resultou como uma das mais inovadoras e efetivas estratégias de sustentabilidade articulada à consecução de missão institucional já experimentada por organizações do Terceiro Setor porque: a) promove impacto na vida do usuário ao promover acesso imediato aos direitos econômico, trabalhista, previdenciário; b) contribui diretamente para a resignificação do trabalhador com deficiência e de sua capacidade de contribuição para as cadeias produtivas na medida em que promove a convivência na diversidade; c) desonera o custeio das redes públicas de proteção social incluindo produtivamente pessoas em situação de vulnerabilidade social e, portanto, elegíveis como beneficiários do regime de Seguridade Social; d) cria os recursos financeiros necessários à plena sustentabilidade financeira das atividades institucionais, sem que o direcionamento estratégico, político e programático da organização fique subordinado aos (re)fluxos dos investimentos sociais públicos e privados.

Os usuários da Andef chegam à organização por indicação de amigos (86%), o que por si já indica um excelente nível de aprovação da metodologia e dos programas de atendimento implantados pela associação por parte de outras pessoas que fizeram ou ainda faz parte do programa de reabilitação.

O primeiro contato é motivado principalmente pela procura por trabalho (64%), reabilitação (14%) e prática esportiva (11%), revelando o sucesso da organização no sentido de difundir e comunicar corretamente aos usuários a sua missão, seus objetivos, e respectivas linhas de trabalho. Considerando os atendimentos realizados de janeiro a julho de 2009, o universo de usuários do programa de reabilitação da Andef é formado majoritariamente por homens (57%), negros e pardos (66%), com idades entre 25 e 59 anos (80%).

São chefes de famílias (61%), com média de 3,4 pessoas e que vivem com uma renda mensal média de 2,3 salários mínimos. Na composição desta renda, as pessoas com deficiência colaboram com cerca de 1,3 salário mínimo, ou seja, contribuem com mais da metade dos recursos financeiros necessários ao sustento de suas famílias.

Do ponto de vista do aumento da renda familiar, 57% ampliaram de um a dois salários mínimos os rendimentos auferidos mensalmente. Para 90% deles houve significativas mudanças nas suas vidas após iniciar o atendimento na Andef.

Entre as mudanças apontadas estão a percepção no aumento dos seguintes quesitos: confiança em relação à vida e a si mesmo (23%), na capacidade de trabalho (21%), na capacidade de desempenhar tarefas da vida diária (18%), na qualidade de vida (13%), na forma como os outros lhe percebem (13%) e na capacidade de tomar decisão (11%). Ou seja, as mudanças percebidas reafirmam a assertividade das ações desenvolvidas no sentido de fortalecer subjetiva e objetivamente cada um dos "sujeitos" em reabilitação, privilegiando para tanto o empoderamento e o protagonismo. Acreditam que as melhores contribuições da Andef para seu processo de reabilitação foram: a oportunidade de conviver com outras pessoas com deficiência (15%), conhecer seus próprios direitos (13%), conquistar um emprego (11%), aumentar a auto-estima (9%), ampliar a rede de relacionamentos (6%), superar o preconceito (6%) e conquistar uma profissão (6%). Apesar de o grupo ser quase integralmente formado por usuários já fora da idade escolar (98%), 24% voltaram a estudar depois de iniciar o atendimento na Andef.

Apesar de apenas 42% se sentir pessoalmente inibido pela condição de portador de deficiência, 65% afirma já ter se sentido discriminado explícita ou implicitamente por sua condição, sendo que, para 76%, a Andef teve um papel importante para que pudessem tratar com tais situações.

Aqui se revela a consecução de um dos objetivos mais difíceis e intangíveis do trabalho da Andef – o empoderamento da pessoa com deficiência na medida necessária para reposicionar as relações no seu entorno e reverter a exclusão tácita secularmente perpetuada.